



**REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SECRETARIADO TÉCNICO CRIADO PELA ORDEM DE SERVIÇO N.º50/GMRE/09
DE 24 DE AGOSTO DE 2009 DE SUA EXCELÊNCIA SENHOR MINISTRO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES**

**64.º PERÍODO DE SESSÕES DA ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES
UNIDAS**

DEBATE GERAL

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR ALI TREKI PRESIDENTE
DA ASSEMBLEIA GERAL DA ONU;**

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR BAN KI-MOON,
SECRETÁRIO GERAL DA ONU;**

**EXCELÊNCIAS, SENHORES CHEFES DE ESTADO E
DE GOVERNO;**

**EXCELÊNCIAS SENHORES CHEFES DE
DELEGAÇÃO, ILUSTRES DELEGADOS, MINHAS
SENHORAS E MEUS SENHORES;**

Antes de mais, permitam-me que aproveite esta importante oportunidade, para felicitar o Senhor Ali Treki, pela sua eleição para ocupar a presidência deste 64.º Período de Sessões e assegurar a Vossa Excelência o apoio incondicional da República de Angola no cumprimento da vossa importantíssima missão.

A delegação de Angola está absolutamente convicta de que sob a auspiciosa liderança de V. Exa. este 64.º Período de Sessões saberá reafirmar a importância da Assembleia Geral na busca

de soluções consensuais para as questões candentes que afectam a humanidade, contribuindo sobremaneira para que o mundo seja cada vez mais seguro, mais livre e mais justo.

Quero igualmente expressar o profundo reconhecimento da minha delegação ao antecessor de Vossa Excelência, Senhor Miguel d'Escoto Brockmann pela elevada competência e profunda eficácia com que conduziu os trabalhos atinentes à sua Presidência.

Excelência Senhor Presidente;

É no cumprimento do mais elementar sentimento de justiça que em nome da República de Angola presto aqui o mais profundo reconhecimento ao Senhor Secretário Geral das Nações Unidas, Senhor Ban ki-moon, quer pela maneira assinalável como tem sabido consolidar as reformas e assegurar o seguimento das decisões da Cimeira do Milénio e das principais Conferências das Nações Unidas, quer pelo particular empenhamento como tem vindo a colocar sistematicamente, as necessidades e o desenvolvimento de África, no centro da agenda internacional. Aproveito igualmente para saudar o Senhor Secretário Geral pela feliz iniciativa de convocar a Reunião de Alto Nível sobre as Alterações Climáticas.

Senhor Presidente;

O 64.º Período de Sessões da Assembleia Geral decorre num contexto político, social e económico de enorme complexidade.

Efectivamente, garantir a Paz e Segurança Internacionais; Combater a Pobreza; Proteger o Ambiente assegurando um futuro melhor para as gerações vindouras; Garantir O Primado da Lei nas Relações Internacionais entre os agentes da Comunidade Internacional; e Promover e garantir a defesa dos Direitos do Homem, são claramente alguns dos principais desafios com que nos confrontamos.

O Combate ao Crime Organizado e a implementação da estratégia contra o terrorismo, são igualmente factores de extrema importância que requerem permanentemente a atenção das Nações Unidas, reclamando maior eficácia nas medidas a adoptar e um maior engajamento da Comunidade Internacional.

A estes desafios acrescem outros aos quais igualmente se deve dedicar a maior atenção da nossa organização, nomeadamente, a ausência de decisões em matéria de desarmamento; a persistência dos conflitos armados e as consequências desses conflitos na vida das populações, e finalmente, a questão que está na ordem do dia de todos os Estados membros... A Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Senhor Presidente;

Vivemos num mundo cada vez mais globalizado e caracterizado por assimetrias substanciais no plano económico e social.

A fome e a pobreza, agravadas pelo facto de estarem aliadas a doenças endémicas, como a malária e a tuberculose, provocam milhões de mortes por ano, e em África, devastam toda uma geração, pondo em causa de forma dramática, o desenvolvimento e o progresso do continente.

É, pois urgente, reverter este quadro que delapida as nossas populações, que coloca os homens e mulheres á mercê de aliciamentos que inevitavelmente conduzem à violência e ao crime, os quais em certa medida são a causa de alguns dos graves problemas com que actualmente se confronta a humanidade.

A segurança alimentar afigura-se assim, como uma das principais preocupações do continente africano, pelas suas implicações nos domínios da saúde, da produtividade, da estabilidade social, política, e do crescimento económico.

Angola acredita que é possível, reduzir substancialmente o deficit da segurança alimentar em África, se a Comunidade internacional se congregar em torno dos seguintes eixos fundamentais:

Primeiro, mantendo reservas mínimas de alimentos e medicamentos para as ajudas de emergência e humanitárias às populações carentes;

Segundo, trabalhando no sentido de serem adoptadas estratégias e programas nacionais e regionais, integrados nos domínios da agricultura, comércio, transportes, água e formação profissional que possam ser implementados com o apoio e a experiência da FAO, do IFAD e de outras Agências especializadas das Nações Unidas.

Os Planos de acção no quadro das iniciativas de âmbito regional, são extremamente importantes, e podem contribuir decisivamente para minimizar as carências alimentares e combater as endemias. Nesse âmbito cumpre destacar de entre outras iniciativas, o NEPAD; a Declaração e o Plano de Acção de Ouagadougou sobre o emprego e a erradicação da pobreza extrema, adoptados em 2004; a Declaração de Maputo nos termos da qual se sugere a alocação anual de 10% da despesa pública para se aplicar na agricultura e desenvolvimento rural; a Declaração de Syrte sobre agricultura e águas; a Resolução de Abuja sobre a Segurança alimentar; e as Declarações de Abuja e Maputo sobre o HIV/SIDA, Tuberculose, Malária e outras doenças relacionadas.

Senhor Presidente;

A crise económica e financeira internacional, embora de origem exógena, tem vindo a afectar gravemente, o crescimento das economias do continente africano, entre outras razões devido à redução dos valores dos activos financeiros detidos no estrangeiro, e fundamentalmente, devido à acentuada diminuição no mercado internacional do preço das matérias primas de que são exportadores, os países do continente.

Neste quadro, mais do que encontrar soluções provisórias para se ultrapassarem os problemas pontuais, importa rever todo o actual sistema económico e financeiro, e pensar nos termos em que o mesmo possa ser reestruturado de modo a que sirva numa perspectiva global, os interesses de todos os povos e países.

Neste contexto, o meu Governo saúda as iniciativas que apesar de ainda não serem suficientes, têm sido tomadas no quadro da liberalização do comércio, e encoraja a ideia da reforma das instituições reguladoras do sistema financeiro e económico mundial, apelando igualmente para que haja maior fluidez e transparência na canalização de capitais para os Países menos desenvolvidos.

Angola saúda de igual modo as diferentes iniciativas de natureza multilateral, destacando nesse domínio, o Fórum de cooperação China – África, a Conferência dos Estados de África e da América do Sul, a Conferência Internacional de Tóquio sobre o desenvolvimento de África, a Cimeira Europa - África, o Fórum Índia-África, a Cimeira Coreia do Sul-África, e a Cimeira Turquia – África. O Governo angolano considera que todas estas iniciativas assumem uma importância fundamental para o desenvolvimento dos Países menos desenvolvidos em que se enquadram a maioria dos Países africanos e Angola em particular.

Senhor Presidente;

O Senhor Secretário Geral apresentou um importante relatório à Sessão de Alto Nível sobre as Necessidades de África, e particularmente sobre a implementação dos compromissos assumidos pelos parceiros do Continente africano, que se realizou à margem do 63.º Período de Sessões da Assembleia Geral.

Angola comunga das pertinentes preocupações suscitadas pelo Senhor Secretário Geral nesse Relatório, mormente quando se refere, que é importante e urgente sairmos das meras manifestações de vontade política, e passar-se a acções concretas abrangentes e vigorosas com vista à concretização dos objectivos preconizados.

O Secretário Geral enunciou exemplos concludentes, nomeadamente:

- a) A redução do nível das ajudas relativamente aos compromissos assumidos;
- b) O perdão da dívida externa dos países africanos que tarda em concretizar-se;
- c) Os efeitos negativos advenientes da não conclusão da ronda de negociações da Organização Mundial do Comércio, facto que redundará em menores oportunidades para o continente africano.

Angola partilha de todas estas preocupações.

Tal como todos nós inferimos das eloquentes comunicações aqui já produzidas por distintos oradores que me antecederam, não existem soluções mágicas nem modelos *one size fits all* que permitam aos Países menos desenvolvidos, do dia para a noite, encontrar respostas simples e imediatas para o seu desenvolvimento.

Senhor Presidente;

Como é certamente do conhecimento de V. Excelência, Angola tem tido um crescimento económico bastante encorajador.

O convite que foi endereçado ao meu país para participar na cimeira do G-8 que teve lugar em L'Aquila, Itália, no passado dia 10 de Julho, e que muito honrou o governo e o povo angolanos, constituiu indiscutivelmente, uma prova do reconhecimento da comunidade internacional de que Angola está no caminho adequado para a promoção do seu desenvolvimento sustentável.

Entre 2004 e 2007, a economia nacional acumulou um crescimento de 92.4% em termos reais. Num horizonte de apenas 4 anos, a economia quase duplicou o valor do seu PIB, tendo uma taxa anual de variação real de aproximadamente 17.8%.

Neste mesmo período, o país registou um forte incremento a nível dos investimentos públicos e privados, facto que permitiu a geração de um elevado número de postos de trabalho, em particular no sector agrícola.

Angola está firmemente empenhada no sector da educação para todos, e a demonstrá-lo, está o facto de se ter triplicado o número de alunos no seu sistema educativo.

Em 2005, fruto dos investimentos que o Governo canalizou para o sector social, Angola melhorou cinco posições no *ranking* de desenvolvimento humano das Nações Unidas.

No capítulo do desporto, Angola venceu recentemente o Deca campeonato africano de basquetebol e vai organizar em Janeiro do próximo ano o CAN – Campeonato Africano das Nações -, tendo para esse efeito construído as infra-estruturas necessárias àquele importante evento.

Estas grandes conquistas conseguidas em tão pouco tempo, enchem todos os angolanos de orgulho e consolidam a sua confiança no futuro. Elas só são possíveis de alcançar na paz, na concórdia social, e quando os Estados, assumem eles próprios, a principal responsabilidade do desenvolvimento, progresso e bem-estar das suas populações.

Senhor Presidente;

Apesar dos progressos já alcançados em África nos domínios da boa governação e da institucionalização dos Órgãos da União Africana, bem como do crescimento e desenvolvimento económico e social, temos de ter consciência das dificuldades e do muito que ainda há por se fazer.

Refiro-me, por exemplo à candente questão da promoção da paz e da segurança, condições essenciais para o desenvolvimento e para a promoção dos direitos humanos.

A esse respeito, importa acrescentar que é indispensável que o Conselho de Segurança da ONU continue a financiar as operações da paz e segurança em África e a apoiar os esforços dos Estados africanos no combate ao narcotráfico, ao comércio ilegal de armas, a pirataria e ao terrorismo.

Ainda assim, parece-me importante realçar que a estratégia de prevenção e de resolução de conflitos, e particularmente o mandato das Missões de Paz não pode estar dissociada das medidas de combate ao crime organizado e transnacional, bem como à relação existente entre a exploração ilícita de recursos naturais, e o comércio ilegal de armas de pequeno porte.

Por outro lado, à estratégia de prevenção e resolução de conflitos, também se devem associar as medidas de combate ao financiamento do terrorismo, mais um dos grandes desafios com que se confronta toda a Comunidade internacional.

Enquanto país que presidiu a COMISSÃO DE CONSOLIDAÇÃO DA PAZ DAS NAÇÕES UNIDAS, é com particular satisfação que me apraz registar os progressos alcançados nos processos de consolidação da paz na República Democrática do Congo, no Burundi, na Cote D'Ivoire, na Libéria e na Serra Leoa.

A inclusão da Guiné-Bissau na agenda da Comissão de Consolidação da Paz é igualmente muito importante.

A esse propósito, é sem falsa modéstia que sublinho aqui, o papel que Angola desenvolveu não só para as negociações que conduziram à realização de eleições livres e justas naquele país, mas também para a consolidação da paz, e para a estabilidade política, económica e social daquele País irmão.

A participação activa de Angola na resolução dos conflitos que têm assolado diversos Países em distintas regiões de África, vem merecendo o reconhecimento expresso de toda a comunidade internacional, e particularmente do Senhor Secretário Geral das Nações Unidas e do Presidente da Comissão da União Africana.

Permita-me Senhor Presidente que deixe aqui reafirmado o compromisso do meu governo, em continuar a trabalhar no quadro da União Africana e das Nações Unidas na busca de soluções duráveis para a consolidação da paz e dos processos respectivos de reconciliação nacional.

Nesta conformidade, acho oportuno referir aqui um outro aspecto de extrema relevância e que é consequência dos conflitos armados. Trata-se da situação humanitária, da manutenção e protecção dos campos de refugiados, e da identificação de soluções duráveis para os milhões de refugiados cujos direitos devem ser protegidos e respeitados.

Senhor Presidente;

As Nações Unidas são indiscutivelmente, o principal centro do multilateralismo e a sua credibilidade deve ser sempre e cada vez mais reforçada com a adopção de medidas funcionais expeditas e exequíveis.

Nesse sentido, o Governo de Angola aplaude o novo formato e atribuições do Conselho Económico e Social, destacando-se obviamente, o Exame Ministerial Anual e o Fórum de Cooperação para o Desenvolvimento.

No quadro das reformas já ocorridas, cumpre igualmente destacar a criação da Comissão de Consolidação da Paz, e o Conselho para os Direitos Humanos.

O Governo de Angola, não obstante registar com agrado essa evolução na orgânica e no funcionamento no Sistema das Nações Unidas, não pode assim mesmo escusar-se de observar que a Organização das Nações Unidas foi criada num tempo longínquo, há mais de meio século, e num momento histórico peculiar da comunidade internacional que todos queremos e acreditamos ser irrepetível.

O mundo de hoje é substancialmente diferente: O desenvolvimento industrial, económico e social de um grande número de Países fez esbater a grande diferença entre o estágio dos Países mais desenvolvidos e os Países menos desenvolvidos; evoluíram as comunicações, modernizaram-se as tecnologias, os transportes são, por ventura, muito mais sofisticados e navega-se na internet à escala mundial.

Diante desta nova realidade, o Governo de Angola acredita que a estrutura da Organização que agrupa os povos do mundo inteiro, não pode ficar imune a essa evolução, devendo por conseguinte, adaptar-se ao Mundo moderno.

Em concreto, o Governo de Angola considera que o facto da reforma do Conselho de Segurança, particularmente na componente relacionada com a sua composição e a democratização do seu mecanismo de tomada de decisões, não ter tido qualquer desenvolvimento desde 2005, sendo uma situação que urge corrigir com premência.

Nesse contexto, o meu Governo espera que o processo de negociações em curso no quadro da Assembleia Geral possa ser conclusivo.

Por outro lado, o Governo de Angola enfatiza o esforço conduzido pelas Nações Unidas no domínio da aplicação do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares e de forma geral do desarmamento, e reconhece que deve merecer a maior atenção de todos os seus membros.

Angola considera igualmente que as Nações Unidas devem reforçar a vigilância sobre a implementação do Programa das Nações Unidas sobre o comércio ilegal de armas de pequeno porte e desenvolver iniciativas visando a universalização da Convenção de Ottawa.

Senhor Presidente, Excelências;

Ao terminar a minha intervenção, quero aproveitar esta soberana oportunidade para apelar à que se ponha fim ao embargo económico, comercial e financeiro contra Cuba.

É justa e imperiosa a supressão desse embargo, porque viola os princípios do Direito Internacional, particularmente os artigos 1.º e 2.º da Carta da Organização das Nações Unidas.

Angola está convencida que a Organização das Nações Unidas não vai deixar de assumir uma vez mais uma posição clara e justa a esse respeito, consentânea aliás com os princípios da sua Carta constitutiva.

Por fim, não quero deixar de reiterar a minha convicção de que a nossa Organização Internacional estará a altura, com esforço e determinação, de fazer as correcções das assimetrias e dar solução aos problemas que ainda subsistem na Comunidade internacional, de modo a construirmos um mundo mais justo, mais estável, mais seguro, capaz de proporcionar às actuais gerações e às vindouras, um padrão de vida consentâneo com a dignidade humana.

Muito obrigado pela vossa atenção.